

QUESTÕES MAGISTRATURA SÃO PAULO

1 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

O princípio da autotutela administrativa, consagrado no Enunciado n.º 473 das Súmulas do STF (“473 – A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”), fundamento invocado pela Administração para desfazer ato administrativo que afete interesse do administrado, desfavorecendo sua posição jurídica,

- a) confunde-se com a chamada tutela administrativa.
- b) prescinde da instauração de prévio procedimento administrativo, pois tem como objetivo a restauração da ordem jurídica, em respeito ao princípio da legalidade que rege a Administração Pública.
- c) exige prévia instauração de processo administrativo, para assegurar o devido processo legal.
- d) pode ser invocado apenas em relação aos atos administrativos ilegais.

2 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

Configura ilegalidade a demissão, pelo superior, de funcionário que exerce cargo de confiança, demissível *ad nutum*, quando a demissão

- a) fundamentar-se na prática de ato de improbidade administrativa tipificado, devidamente comprovado em processo administrativo regular.
- b) estiver fundamentada na prática de ato de improbidade administrativa não tipificado.
- c) for desprovida de motivação.
- d) apoiar-se em ilícito administrativo, comprovado em processo administrativo regular.

3 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

No exercício do poder de polícia administrativa, o Município, segundo orientação Sumulada do STF,

- a) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei válida.
- b) ao proibir a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, edita lei inválida.
- c) o estabelecer o horário de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território, edita lei inválida.
- d) pode criar limitações administrativas à propriedade, passíveis de indenização.

4 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A celebração de um contrato administrativo, tendo por objeto a construção de uma usina eólica, para ter validade jurídica,

- a) prescinde de qualquer autorização de outro Poder, por falta de previsão constitucional.
- b) está condicionada à aprovação popular.
- c) reclama prévia autorização do Poder Judiciário.
- d) está condicionada à prévia autorização do Poder Legislativo.

5 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

Ante a recusa do adjudicatário para assinar o contrato, a Administração poderá

- a) convocar qualquer dos licitantes, observados os critérios da conveniência e oportunidade, para assinar o contrato.
- b) convocar qualquer dos licitantes, desde que prestada garantia adicional consistente em caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, para assinar o contrato.
- c) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nas mesmas condições do primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação.
- d) convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo nos termos de suas propostas, inclusive quanto aos preços.

6 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A anulação *ex officio* da licitação, fundada na ilegalidade do procedimento licitatório, gera efeitos *ex tunc*;

- a) ainda assim sujeita a Administração a pagar indenização às partes.
- b) são idênticos os efeitos produzidos na anulação da licitação e na anulação do contrato.
- c) como a Administração tem o dever de velar pela legalidade de seus atos, o decreto de anulação da licitação, fundada na ilegalidade do procedimento, prescinde, na esfera administrativa, do exercício do direito de defesa.
- d) o terceiro de boa-fé atingido pela invalidação da licitação será indenizado pelos prejuízos decorrentes da anulação.

7 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A Súmula Vinculante n.º 13 do STF, que proíbe o nepotismo na esfera dos três poderes da República,

- a) não alcança os serviços extrajudiciais de notas e de registro, pois estes têm caráter privado e seus titulares não exercem cargo público efetivo nem ocupam cargo público (ADI 2.602-0 do STF) e nada os impede de contratar parentes pelo regime da CLT.
- b) impede a contratação de cônjuge e parentes de primeiro grau de magistrados nos serviços extrajudiciais de notas e registros situados na mesma Comarca onde o magistrado exerce a jurisdição.
- c) alcança as serventias extrajudiciais porque, como estão submetidas à fiscalização pelo Poder Judiciário, devem ser havidas como órgãos públicos, submetendo-se, portanto, à Súmula n.º 13.

- d) alcança o cônjuge e parentes até o terceiro grau dos titulares dos serviços extrajudiciais de notas e de registros.

8 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A atuação do Estado, no exercício do poder de polícia, provocando danos na coisa, com objetivo de remover perigo iminente, sem que o dono da coisa seja culpado do perigo,

- a) constitui ato lícito. Portanto, não enseja a responsabilidade civil do Estado.
- b) constitui ato lícito. Portanto, o dono da coisa deverá suportar o prejuízo.
- c) constitui ato lícito. Entretanto, o ato enseja a responsabilidade civil do Estado para reparar o dano causado.
- d) constitui estado de necessidade, não susceptível de indenização pelo Estado.

9 - 8 (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

A declaração de utilidade pública de um imóvel para fins de desapropriação

- a) quando efetivada a desapropriação, exige que o valor da obra seja incluído na indenização.
- b) não impede a expedição do alvará de licenciamento para construção no imóvel, desde que preenchidos os requisitos legais para sua expedição.
- c) impede a Administração de expedir alvará de licença para edificação no imóvel.
- d) impede que o proprietário use, goze e disponha do imóvel.

10 - (Prova: VUNESP - 2013 - TJ-SP - Juiz)

Serviços de docas explorados por companhia privada, confiados por concessão da União, têm seus bens desapropriados pelo Estado. Com relação à hipótese, assinale a alternativa correta.

- a) É ilegal a desapropriação porque a União pode desapropriar bens dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, e dos Territórios, e os Estados, dos Municípios, prevalecendo o ato da pessoa jurídica de mais alta categoria, segundo o interesse de que cuida: o nacional prevalece sobre o regional, e este sobre o local. O reverso não é possível.
- b) A desapropriação produzirá como uma de suas consequências a extinção da pessoa jurídica.
- c) A desapropriação é legal porque a União e os Estados têm competência concorrente para explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os portos marítimos, fluviais e lacustres.
- d) É legal a desapropriação pelo Estado, desde que haja prévia autorização do Presidente da República.
- e)

GABARITOS:

1 - C 2 - B 3 - B 4 - A 5 - C 6 - D 7 - A 8 - C 9 - B 10 - D

1 - (VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

Manezinho Araújo, amigo do Prefeito de Bocaina do Sul, agindo com identidade de propósitos, recebia do alcaide cópias emitidas pela municipalidade para pagamento de supostos serviços prestados. Ao depois, depositava as quantias respectivas na conta de Expedita Brancaleone, mulher do chefe do executivo local.

É correto afirmar que:

- **a)** somente o prefeito municipal pode ser condenado por improbidade administrativa.
- **b)** Manezinho Araújo pode ser condenado pela prática de improbidade administrativa.
- **c)** tanto o alcaide quanto Manezinho somente podem ser responsabilizados na esfera penal.
- **d)** somente Manezinho pode ser responsabilizado por ato de improbidade.
- **e)** somente Expedita Brancaleone pode ser condenada pela prática de ato de improbidade administrativa.

2 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Organização da Administração Pública - Órgãos públicos;)

A Câmara Legislativa de Canguçu do Norte edita lei, por sua iniciativa, transformando cargos e funções de servidores públicos da Prefeitura Municipal que prestam, eventualmente, serviço junto ao Poder Judiciário local.

É correto afirmar que:

- **a)** é lícita tal conduta, porquanto é missão precípua do Poder Legislativo editar leis.
- **b)** é ilícita tal conduta, porquanto trata-se de funcionários que, a rigor, prestam serviços junto ao Judiciário, daí por que a iniciativa deveria ser deste.
- **c)** em se tratando de servidores públicos do executivo municipal, é inadmissível tal conduta, vez que tal transformação só pode ocorrer por meio de lei de iniciativa do executivo local.
- **d)** tal conduta é inadmissível, pois é impossível tal transformação.
- **e)** é impossível tal conduta sem que haja anuência do Poder Judiciário.

3 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Responsabilidade Civil do Estado;)

Nas ações de indenização por danos morais ajuizadas contra a Fazenda do Estado, é correto afirmar que

- **a)** a correção monetária deve ser calculada a partir da data do arbitramento, e os juros de mora, a partir do evento danoso.
- **b)** a correção monetária deve ser calculada a partir do evento danoso, e os juros de mora, a partir da data do arbitramento.
- **c)** a correção monetária e os juros de mora devem ser calculados a partir da data do evento danoso.
- **d)** a correção monetária deve ser calculada a partir da data do evento danoso, e os juros de mora, a partir da citação.
- **e)** a correção monetária e os juros de mora devem ser calculados a partir da citação.

4 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Roberval da Silva, deficiente físico, aforou ação ordinária contra o Município de Marajá, objetivando pagamento de indenização por perdas e danos materiais e morais, sob o fundamento de que mantinha uma banca de jornal localizada em uma praça pública, por 12 anos, e foi compelido a transferir seu estabelecimento do local, em razão de duplicação da via pública. Para tanto, alega que foi obrigado a arcar com aluguel de novo ponto comercial e teve prejuízo, daí por que busca a indenização.

Assinale a alternativa correta.

- **a)** O juiz, ao decidir, concede o pleito do autor, porquanto é ele deficiente físico e foi obrigado a sair do local onde mantinha freguesia.
- **b)** O juiz concede a pretensão do autor, porquanto ele possuía licença tácita.
- **c)** O juiz concede a pretensão do autor, porquanto ele possuía permissão tácita do município para exercer o seu labor.
- **d)** O juiz nega a pretensão do autor, posto que este não demonstrou que o Poder Público transferiu a ele um serviço de sua alçada.
- **e)** O juiz nega a pretensão do autor, pois a qualquer tempo o Município, o Estado ou a União podem ocupar, ao seu bel prazer, espaço que é seu, circunstância essa que não enseja qualquer tipo de indenização.

5 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Improbidade Administrativa;)

Na improbidade administrativa, o julgador poderá reconhecer o efeito prodrômico da prestação jurisdicional monocrática quando:

- I. só o réu recorre, transitando em julgado a sentença para o autor da ação;
- II. o Ministério Público recorre e pleiteia pena não prevista no requisitório inicial;
- III. o ente de direito público recorre, pleiteando pena isonômica aos réus;
- IV. o autor da ação recorre, pedindo que seja aplicada ao servidor público a mesma penalidade imposta ao particular;
- V. tiver que impedir *reformatio in pejus* indireta.

Está correto apenas o que se afirma em

- **a)** I e IV.
- **b)** I e V.
- **c)** II e III.
- **d)** III e IV.
- **e)** III e V.

6 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

A administração municipal houve por bem, sem antes responder pedido de alvará para funcionamento de Bar e Restaurante Ltda., fechá-lo sob o fundamento de que o comércio explorado fere a lei de zoneamento respectiva.

É correto afirmar que

I. a municipalidade não poderá tomar tal posicionamento, enquanto não responder o pedido postulado pelo estabelecimento comercial;

II. as posturas municipais no tocante a lei de zoneamento devem ser rígidas;

III. a licença de instalação não se prende ao alvedrio do ente de direito público, mas segue regras legalmente instituídas;

IV. o fechamento do estabelecimento por atender pleito da vizinhança (interesse público) pode ser feito a qualquer tempo mesmo havendo processo administrativo em curso sobre a matéria;

V. o poder discricionário da administração pública permite que medidas tais sejam tomadas, impedindo que o Poder Judiciário se manifeste a respeito.

Estão corretos apenas os itens

- a) I e III.
- b) IV e V.
- c) II e V.
- d) I e IV..
- e) III e V.

7 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Rosivaldo Jackson impetrou mandado de segurança contra ato do Diretor do Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Administração do Município de Estrela d'Oeste, objetivando anular ato que o eliminou de concurso público para o cargo de guarda municipal, porquanto foi considerado inapto quando da investigação de sua vida pregressa, requisito previsto no edital do concurso.

Assinale a alternativa correta.

- a) É possível desmerecer a conclusão do documento que o considerou inapto para o cargo que pleiteia.
- b) É possível afirmar que o candidato foi surpreendido com resultado do seu *curriculum criminis*.
- c) Estando o requisito impeditivo da assunção do cargo previsto no edital, não há que se falar em anulação do ato que o considerou inapto.
- d) É lícito afirmar que se o candidato apresenta compleição física para exercer o cargo que pleiteia, pouco importa a conclusão constante no documento que o inabilitou.
- e) É lícito afirmar que o candidato poderia produzir prova pericial em sentido contrário.

8 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais;)

Ermenegilda Pafúncia, grávida de 08 meses, que ocupava cargo em comissão, foi dispensada do serviço público.

É correto afirmar:

- I. faz jus aos direitos constitucionalmente assegurados;
- II. porque titular de cargo em comissão, não faz jus a nenhum benefício;
- III. os ocupantes de cargos em comissão podem ser demitidos *ad nutum*;
- IV. pode ser demitida desmotivadamente sem maiores formalidades;
- V. pode ser demitida *ad nutum*, mas deverá receber indenização referente a 05 meses de remuneração, a contar da gravidez.

Estão corretos apenas os itens

- a) I e IV.
- b) II e III.
- c) I e V.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

9 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Lei nº 8.112-1990 - Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais;)

Rivaldo Batera prestou concurso público e foi classificado em 1.º lugar. Foi nomeado, passou por inspeção médica, tomou posse e deixou decorrer *in albis* o prazo para entrar em exercício.

Indique a alternativa correta.

- a) Rivaldo será demitido, sem sindicância.
- b) Rivaldo será exonerado, após o processo administrativo respectivo.
- c) Rivaldo será removido.
- d) Rivaldo será exonerado.
- e) Rivaldo será exonerado, mas receberá a partir da data da nomeação.

10 - (Prova: VUNESP - 2011 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Licitações;)

A Presidente da República, objetivando troca de turbina do "Aerolula", compra a peça de reposição sem licitação. É correto afirmar que a Presidente

- a) o faz baseado na singularidade relevante em matéria de licitação, na presunção de que o serviço de uma determinada empresa é mais indicado que outro, porquanto, no caso, existe uma significação particular excepcional.
- b) leva a efeito concorrência pública em homenagem ao princípio da moralidade.
- c) faz concorrência na modalidade convite tendo em vista o negócio de vulto a ser realizado.
- d) realiza tomada de preço organizada em função do ramo de negócio.
- e) realiza leilão com base no princípio da moralidade, im- pessoalidade, legalidade, publicidade e isonomia.

11 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Administração Indireta;)

Estabelecido no texto constitucional que a atividade econômica pertence à iniciativa privada sob regime da livre concorrência, é de se concluir que

- **a)** à empresa pública que se dedica exclusivamente à exploração de atividade econômica não se aplicam os princípios gerais que norteiam a atuação da Administração Pública.
- **b)** a intervenção direta do Estado no domínio econômico ocorre por exceção e justificadamente.
- **c)** a intervenção direta do Estado no domínio econômico só ocorre diante da imperativa necessidade de se reservar, mediante lei, o monopólio de determinada atividade empresarial considerada de relevante interesse coletivo.
- **d)** somente por lei específica pode ser criada empresa pública.

12 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

O modelo brasileiro, marcado pela divisão dos Poderes do Estado, a despeito das várias emendas constitucionais, conserva o princípio pétreo de Estado federado e a inclinação social-democrata.

Diante, pois, desse modelo, a afirmação corrente de que os juízes são prestadores de serviço público mostra-se incompatível com o Direito Administrativo brasileiro porque

- **a)** o conteúdo e o fim do ato jurisdicional administrativo identificam-se plenamente com o conteúdo e o fim do ato jurisdicional judicial.
- **b)** aos atos judiciais jurisdicionais se aplicam princípios gerais de Direito Administrativo consubstanciados no art. 37 da Constituição Federal.
- **c)** as funções típicas de Governo, ainda que se interpenetrem, se dividem, de um lado, num conjunto de funções públicas que cuidam do estabelecimento e conservação da ordem jurídica e, de outro, na função de Administração Pública consistente na prestação de serviços públicos.
- **d)** a função da Administração Pública consistente na realização da Justiça Social por meio da prestação de serviços públicos é idêntica ao exercício da função judicial jurisdicional dentro do processo judicial.

13 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Princípios da Administração Pública;)

A demora da Administração Pública em cumprir com a obrigação de saldar os débitos líquidos, certos e devidamente requisitados pelo Poder Judiciário por meio de precatório judicial, ainda que sob a ótica doutrinária,

- **a)** justifica-se pelo poder-dever do Estado de dar atendimento, com primazia, aos interesses públicos primários, por princípio constitucional, indisponíveis, considerando que a rápida e efetiva solução dos precatórios judiciais diz respeito à indenização de caráter privado.
- **b)** justifica-se à vista do regime jurídico-administrativo que tutela o interesse coletivo, considerando que dar efetivo e rápido cumprimento aos precatórios judiciais implica empobrecimento do erário público em prejuízo da coletividade que não prescinde da prestação de serviços públicos.
- **c)** justifica-se no fato de a Administração Pública ser dotada do poder discricionário de atender, em primeiro lugar, ao interesse do Estado, considerando que todo interesse do Estado por si só se define como interesse público.

- **d)** ofende o princípio da supremacia do interesse público primário do Estado, considerando que a demora da solução dos precatórios atende exclusivamente ao interesse secundário do Estado.

14 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Coube ao administrador público escolher uma entre 3 (três) opções administrativas legais. Escolheu a segunda opção, mas esta foi impugnada judicialmente sob alegação de que a terceira opção era a mais oportuna e conveniente. O juiz, examinando a lide, julgou a demanda procedente, adotando as razões do autor.

Ocorreu, no caso da sentença judicial,

- **a)** aplicação do princípio do amplo controle judicial sobre a legalidade dos atos administrativos.
- **b)** substituição indevida da vontade discricionária do administrador público.
- **c)** correção da injustiça da escolha feita pelo administrador público.
- **d)** aplicação do princípio do poder-dever do juiz de valorar o conteúdo meritório das opções que se apresentaram ao administrador público.

15 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Agentes Públicos - Disposições Constitucionais;)

O Supremo Tribunal Federal (*in* AG 655.378-AGR) estabeleceu premissas a respeito da condição jurídico-administrativa dos registradores, cartorários e notariais, destacando que estes

- **a)** são servidores públicos por delegação do Estado.
- **b)** não prestam serviços públicos.
- **c)** não são servidores públicos.
- **d)** prescindem de concurso público para o exercício da titularidade das funções.

16 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Processo Administrativo Federal;)

Compromissos republicanos, liberalismo político e econômico, proteção dos direitos individuais e, especialmente, independência da Administração Pública foram valores postos pela Revolução Francesa que, sob os influxos da teoria de Montesquieu, deram origem ao contencioso administrativo.

À vista desses parâmetros, pode-se afirmar que

- **a)** no Brasil, adota-se o sistema da jurisdição única visando dar efetivo cumprimento ao regime jurídico-constitucional de proteção e garantia dos direitos individuais contra abuso ou arbítrio do Estado.
- **b)** a instalação do Conselho Nacional de Justiça significa a introdução do contencioso administrativo no sistema jurídico-administrativo brasileiro com o efeito de impedir o abuso ou arbítrio dos juízes.
- **c)** os Tribunais de Contas produzem decisões com a qualidade de definitivas, própria do sistema do contencioso administrativo.
- **d)** o sistema do contencioso administrativo é o que melhor atende ao atual conceito de Estado Democrático de Direito porque coloca o Estado, no plano jurisdicional judicial, em pé de igualdade com o particular.

17 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Princípios da Administração Pública;)

A Súmula n.º 13, do Supremo Tribunal Federal, pôs um ponto final na prática do chamado "nepotismo" na Administração Pública brasileira. Nos julgados que deram ensejo à referida Súmula, foram destacados alguns pontos fundamentais para a sua exata compreensão, tais como:

- **a)** somente por lei formal pode ser vedada a nomeação para cargo em comissão de parente próximo, cuja função administrativa seja de assessoramento.
- **b)** a investidura política, ou seja, sem concurso público, por si só, revela-se afrontosa à moralidade pública.
- **c)** a Súmula n.º 13, do STF, é compatível com o ideal republicano, já que este abriga o exercício do poder administrativo *pro domo sua*.
- **d)** não caracteriza imoralidade administrativa a nomeação, pela autoridade administrativa competente, de parente próximo para ocupar cargo público de natureza política.

18 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Administração Indireta;)

A natureza jurídico-administrativa da OAB foi exaustivamente debatida pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3026-4/DF. Alguns pontos fundamentais foram anotados, tais como:

- **a)** não é uma autarquia especial.
- **b)** não presta serviço público.
- **c)** integra a Administração Pública indireta e sujeita-se ao controle estatal.
- **d)** não possui finalidade institucional.

19 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Organização da Administração Pública - Órgãos públicos; Administração Direta;)

A Emenda Constitucional n.º 45/2004 criou o Conselho Nacional de Justiça, cuja constitucionalidade foi consolidada pelo Supremo Tribunal Federal na ADI-3367/DF. Foram vários os pontos observados para a caracterização jurídicoadministrativa do referido Conselho e, dessa forma, foi possível poder entranhá-lo no sistema de princípios e normas do Direito Administrativo brasileiro.

Com relação ao CNJ, alguns pontos fundamentais podem ser extraídos.

- **a)** É órgão administrativo da União, interno ao Poder Judiciário, representativo do Estado federado, com competência administrativa concorrente com os Tribunais de Justiça sem, contudo, afetá-los na autonomia administrativa e financeira.
- **b)** É órgão administrativo federal, interno ao Poder Judiciário, representativo do Estado unitário e com competência administrativa hierárquica sobre os Tribunais, Juízos e Magistrados de forma a mitigar o princípio federativo e a autonomia administrativa e financeira dos Tribunais de Justiça.
- **c)** Tem por função administrativa precípua a fixação, com exclusividade, de uma política governamental judiciária, uniforme e apenas para os Tribunais de Justiça estaduais.
- **d)** A sua competência administrativa disciplinar não alcança os ministros do Superior Tribunal de Justiça.

20 - (Prova: VUNESP - 2009 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Princípios da Administração Pública;)

Um dos aspectos primordiais do Direito Administrativo brasileiro é o de ser um conjunto

- **a)** de princípios e normas aglutinador dos poderes do Estado de maneira a colocar o administrado em relação de subordinação hierárquica a tais poderes.
- **b)** de princípios e normas que não alberga a noção de bem de domínio privado do Estado.
- **c)** instrumental de princípios e normas que regula exclusivamente as relações jurídicas administrativas entre o Estado e o particular.
- **d)** de princípios e normas limitador dos poderes do Estado.

21 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Responsabilidade Civil do Estado;)

A responsabilidade civil do Estado, prevista na Constituição Federal,

- **a)** está restrita aos danos causados por servidores públicos do Estado, desde que se comprove que agiram com dolo ou culpa.
- **b)** estende-se aos atos praticados pelos membros do Legislativo que, embora detenham soberania, qualificam-se como agentes públicos que integram o quadro de servidores da Administração Pública.
- **c)** estende-se aos danos causados pela edição de leis de efeitos concretos, mas não se estende aos danos causados pelos membros do Judiciário no exercício de suas funções, que não se enquadram no conceito de servidor público.
- **d)** estende-se aos danos causados em decorrência de erro judiciário, considerando-se que o magistrado se enquadra no conceito constitucional de agente público.

22 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Intervenção do Estado na Propriedade;)

Em 30 de junho de 2002, o Governo do Estado editou decreto declarando determinado imóvel de utilidade pública, para fins de desapropriação. Até 30 de outubro de 2007, não havia proposto ação de desapropriação. A propositura dessa ação

- **a)** pode ser feita a qualquer momento.
- **b)** depende de novo decreto de utilidade pública, que pode ser editado a qualquer momento.
- **c)** depende de novo decreto de utilidade pública, que apenas poderá ser editado a partir de 30 de junho de 2008.
- **d)** depende de novo decreto de utilidade pública, que apenas poderá ser editado a partir de 30 de junho de 2009.

23 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Em relação ao controle do ato administrativo, é correto afirmar que

- **a)** a revogação do ato administrativo legal e eficaz compete apenas à Administração Pública e produzirá efeito *ex nunc*.

- **b)** a anulação do ato administrativo legal e eficaz compete apenas à Administração Pública e produzirá efeito *ex tunc*.
- **c)** a revogação pode ser declarada tanto pela Administração Pública quanto pelo Poder Judiciário, quando provocado.
- **d)** a existência de ilegalidade sempre é pressuposto da revogação do ato administrativo.

24 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Processo Administrativo Federal;)

O processo administrativo, em matéria disciplinar, admite revisão que deverá atender, dentre outros requisitos, ao que se afirma em:

- **a)** deverá ser requerida até 1 (um) ano após a condenação e quando se aduzirem fatos novos que justifiquem a renovação do processo.
- **b)** poderá ser pedida a qualquer tempo e quando se aduzirem circunstâncias suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.
- **c)** quando da ocorrência de inadequação da pena aplicada, e requerida até 2 (dois) anos após a imposição da pena.
- **d)** quando da demonstração simples da injustiça da penalidade, podendo ser requerida a qualquer tempo, desde que a pedido do servidor.

25 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Contratos Administrativos;)

Em tema de contratos administrativos, considere as assertivas.

I. O contrato administrativo ilegal pode ser extinto por anulação unilateral da Administração, mas sempre com oportunidade de defesa para o contratado, em cujo expediente se demonstre a ilegalidade do ajuste.

II. As chamadas cláusulas exorbitantes, porque objetivam estabelecer prerrogativas em favor de uma das partes, ainda que sob o fundamento do resguardo ao interesse público, desigalam as partes contratantes e são consideradas nulas de pleno direito se presentes nos contratos administrativos.

III. O reajustamento contratual de preços e de tarifas é medida convencionada entre as partes contratantes para evitar que, em razão das elevações do mercado, da desvalorização da moeda ou do aumento geral de salários no período de execução do contrato administrativo, venha a romper-se o equilíbrio financeiro do ajuste.

IV. O particular que contrata com a administração pública, face à natureza pública do ajuste, adquire direito à imutabilidade do contrato ou à sua execução integral, bem como a suas vantagens em espécie.

Estão corretas somente

- **a)** I e III.
- **b)** I e IV.
- **c)** II e III.
- **d)** I, II e IV.

26 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Licitações;)

Com o propósito de definir as causas de um deslizamento de vultosa quantidade de terra sobre várias casas, a Administração Pública pretende contratar uma empresa de engenharia para a realização de perícia e apresentação de laudo técnico. Nesse caso, a Administração Pública

- **a)** deverá sempre contratar por meio de processo licitatório, ficando o agente público competente incumbido de escolher a modalidade.
- **b)** poderá contratar, sem licitação, desde que se trate de um trabalho singular e a empresa a ser contratada tenha notória especialização.
- **c)** poderá escolher a empresa de engenharia por meio de convite, por ser a modalidade de licitação mais célere.
- **d)** deverá dispensar a licitação, porquanto trata-se de hipótese de emergência.

27 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

No que se refere a atos administrativos, é incorreto afirmar que

- **a)** a expedição de uma certidão pela Administração Pública pode ser caracterizada como um ato administrativo declaratório.
- **b)** o ato administrativo complexo resulta da vontade de um único órgão, mas depende da verificação por parte de outro, para se tornar exigível.
- **c)** a licença e a admissão são espécies de ato vinculado.
- **d)** presunção de legitimidade e presunção de veracidade dos atos administrativos não possuem caráter absoluto.

28 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Contratos Administrativos; Serviços Públicos;)

É elemento característico do regime jurídico das concessões de serviços públicos, nos termos da Lei n.º 8.987/95, a possibilidade

- **a)** de o Poder Concedente intervir na concessão, por ato da autoridade que seja a responsável pelo contrato, sem necessariamente com esse ato acarretar a extinção da concessão.
- **b)** da transferência do controle acionário da concessionária, sem prévia anuência do Poder Concedente, desde que mantidas as condições de habilitação e classificação que haviam sido exigidas na licitação.
- **c)** de a concessionária promover desapropriações, declarando de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço.
- **d)** de o Poder Concedente promover a encampação, retomando o serviço durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, desde que mediante lei autorizativa específica e com prévio pagamento de indenização nos termos da lei.

29 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Poderes Administrativos;)

O poder conferido à autoridade superior para julgar o auto de infração e alterar o valor da multa aplicada decorre da

- **a)** estrutura hierárquica da Administração, que permite ao superior alterar e revogar os atos praticados pelos subordinados.
- **b)** autonomia funcional conferida aos órgãos integrantes da Administração Direta, relativamente a seus superiores hierárquicos.
- **c)** possibilidade de a Administração reconhecer a nulidade de seus próprios atos, quando eivados de ilegalidade.
- **d)** independência legalmente conferida aos órgãos julgadores administrativos, semelhante à das autoridades judiciárias, por força do princípio do juiz natural.

30 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Tendo em vista a matéria administrativa, é correto afirmar que

- **a)** ato de império é todo aquele que ordena a conduta interna da Administração e de seus servidores, ou cria direitos e obrigações entre ela e os administrados, tais como as autorizações, as permissões e os contratos em geral.
- **b)** é legal a realização de atos de império ou gestão por agente simplesmente designado para "responder pelo expediente", na vaga ou ausência temporária do titular.
- **c)** pelo princípio da indisponibilidade do interesse público, a Administração Pública não pode dispor do interesse geral nem renunciar ao poder que a lei lhe deu para tal tutela, uma vez que o titular de tal interesse é o Estado.
- **d)** a publicidade do ato administrativo não é requisito de sua eficácia ou moralidade, mas se constitui elemento formativo do próprio ato, que só produz efeitos jurídicos através da divulgação no órgão oficial ou pela imprensa particular.

31 - (Prova: VUNESP - 2008 - TJ-SP - Juiz / Direito Administrativo / Atos Administrativos;)

Sobre a extensão do controle judicial dos atos administrativos, é correto afirmar que

- **a)** o Poder Judiciário tem controle total sobre os atos administrativos discricionários.
- **b)** o Poder Judiciário não pode examinar os atos administrativos de separação e independência dos poderes.
- **c)** dentro dos itens do ato administrativo discricionário está a exigência de que deve ser praticado nos estritos limites da lei.
- **d)** não pode o Poder Judiciário questionar o mérito do ato administrativo.

GABARITOS:

1 - B 2 - C 3 - A 4 - E 5 - B 6 - A 7 - C 8 - C 9 - D 10 - A

11 - B 12 - C 13 - D 14 - B 15 - C 16 - A 17 - D 18 - A 19 - B 20 - D

*Fernanda
Marinela*

21 - D 22 - C 23 - A 24 - B 25 - A 26 - B 27 - B 28 - D 29 - A 30 - C